

REDEMOCRATIZAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Democratization and Transitional Justice in Brazil

Democratización y justicia de transición en Brasil

Maria Paula NASCIMENTO ARAUJO
Universidade Federal do Rio de Janeiro
mp-araujo@uol.com.br

Fecha recepción: 25/05/2015; Revisión: 05/11/2015; Aceptación: 20/11/2015
BIBLID [0213-2087 (2015) 33; 67-85]

RESUMO: O Brasil viveu um longo processo de transição política marcado por um jogo intenso de forças políticas e sociais, no qual se confrontaram diferentes atores com distintos projetos de redemocratização. Apesar do protagonismo da transição ter estado nas mãos das elites conservadores ligadas à ditadura militar, amplos setores da oposição e das esquerdas, assim com representantes de movimentos sociais, disputaram o espaço transicional e ampliaram o projeto inicial do regime. Essa longa transição —marcada por negociações, frustrações e resiliência— incidiu sobre o modelo de justiça de transição adotado pelo país. Quase 30 anos após o fim da ditadura militar, a Comissão da Verdade instaurada pela presidente Dilma Rousseff em 2012, chamou a atenção para questões relativas à memória, justiça e reparação e mostrou que o processo de redemocratização, sob alguns aspectos, ainda está inconcluso. O presente artigo pretende recompor esse processo histórico destacado algumas de suas características e especificidades.

Palavras chave: redemocratização; justiça de transição; memória.

ABSTRACT: Brazil experienced a long process of political transition featured by an intense game of political and social forces, in which different actors with different democratization projects clashed. Despite the leadership of the transition process

have been in the hands of conservative elites linked to the military dictatorship, broad sectors of the opposition and of the lefts, as well as representatives of social movements, disputed the transitional space and expanded the initial design of the regime. This long transition —marked by negotiations, frustrations and resilience— reflected on the transitional justice model adopted by the country. Almost 30 years after the end of military dictatorship, the Truth Commission established by President Dilma Rousseff in 2012, drew attention to issues related to memory, justice and reparation and showed that the democratization process, in some respects, is still inconcluded. This article aims to restore this historical process highlighting some of its characteristics and specificities.

Keywords: Democracy; Transitional justice; Memory.

RESUMEN: El Brasil experimentó un largo proceso de transición política marcado por un intenso juego de fuerzas políticas y sociales, en el que se enfrentaron los diferentes actores con diferentes proyectos de democratización. Aunque el liderazgo de la transición ha estado en manos de las elites conservadoras vinculadas a la dictadura militar, amplios sectores de la oposición y de las izquierdas, así como representantes de movimientos sociales, disputaron el espacio de transición y ampliaron el diseño inicial del régimen. Esta larga transición —marcada por negociaciones, frustraciones y resiliencia— se reflejó en el modelo de justicia transicional adoptado por el país. Casi 30 años después del fin de la dictadura militar, la Comisión de la Verdad establecida por la presidenta Dilma Rousseff, en 2012, llamó la atención para los temas relacionados con la memoria, la justicia y la reparación y demostró que el proceso de democratización, en algunos aspectos, sigue siendo inconcluso. Este artículo tiene como objetivo restaurar este proceso histórico destacando algunas de sus características y especificidades.

Palabras clave: democracia; justicia transicional; memoria.

REDEMOCRATIZAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL¹

Falar da redemocratização e da justiça de transição no Brasil é falar de um processo ainda inconcluso. Ao mesmo tempo —e quase contraditoriamente— é falar também de uma longa transição da qual participaram amplos setores não apenas das elites políticas, mas das esquerdas e da sociedade brasileira. Um processo que define, em certa medida, as características mais fortes da cultura política do país. E que se apresenta, em 2015, longe de estar concluído.

1. Este texto é um produto da pesquisa que venho realizando nos últimos anos com bolsa de produtividade do CNPq: «Processos de democratização e justiça de transição na América Latina Contemporânea numa abordagem comparada: Brasil, Argentina, Uruguai e Peru (anos 1980 a 2010)».

A LONGA TRANSIÇÃO DA DITADURA À DEMOCRACIA

O Brasil viveu um longo processo de transição política que envolveu muitos setores da sociedade. Um processo que começou muito antes do fim da ditadura, em 1974, com o governo Geisel (e seu projeto de «abertura política»), quando também as esquerdas fizeram uma mudança de tática após a derrota da luta armada e assumiram uma luta pelas liberdades democráticas – que permitiu a formação de um amplo movimento social contra a ditadura. A partir daí, pode-se marcar o início do processo de transição política que se desdobrou em diferentes fases. Podemos demarcar três momentos: 1) de 1974 a 1979, uma luta pelas liberdades democráticas e pelo restabelecimento do Estado de Direito; 2) de 1979, após a Lei de Anistia, até 1985, um período marcado pelo retorno dos exilados e banidos, pela rearticulação partidária, criação de novos partidos – tudo ainda nos marcos de um regime militar que se transformava, em parte por iniciativa própria e em parte por pressão da sociedade. E a terceira fase, após 1985, nos marcos do primeiro governo civil, produto de uma solução negociada entre as elites, até 1988, quando ocorreu a promulgação da nova Constituição da República. Esta última fase encerra o processo de transição política, mas não o processo de justiça transicional. Na verdade, esse segundo processo se inicia exatamente nesse momento, após o retorno a um regime democrático, que tem como desafio consolidar, ampliar e dar crédito a essa democracia.

Recuperemos um pouco desse processo esquematicamente apresentado acima. O ano de 1974 marcou o início da transição política brasileira. A própria ditadura deu início ao processo tendo por objetivo ampliar sua base de institucionalidade. O Governo do general Geisel lançou a proposta de uma «distensão» política, inaugurando seu projeto de «abertura lenta, gradual e segura». Por outro lado, as esquerdas brasileiras se rearticularam em torno das bandeiras de uma luta democrática e pela restauração do Estado de Direito. O projeto de abertura da ditadura respondia em parte a conflitos internos ao governo, mas por outro lado, a dinâmica concreta da abertura política era profundamente influenciada pela atuação da sociedade e das forças políticas de oposição². Era este jogo de forças que definia o ritmo da transição e era nele que o conteúdo dessa transição era disputado.

Eu gostaria aqui de me deter um pouco para retomar um tema que discuti em outros livros³: o debate, no interior das esquerdas brasileiras, de autocrítica da luta armada e elaboração de uma nova tática política centrada em torno de uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas. O processo de autocrítica da luta armada e o empenho na construção de uma nova linha política de ação começaram no Chile, nos primeiros anos da década de 70, no debate entre militantes exilados

2. Esta distinção entre o *projeto* e o *processo* da abertura política foi primeiramente apontado por Werneck Vianna num artigo publicado no jornal *Voz da Unidade* (1981) e mais tarde reproduzido no livro *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

3. A relação dos livros em que discuto este tema está elencada na bibliografia ao final do texto.

oriundos de diferentes organizações. Depois do golpe no Chile que derrubou o governo de Salvador Allende, este debate extrapolou para outros países que receberam exilados e banidos, centrando-se em Paris, na França, onde era produzida a revista *Brasil Socialista*. A revista era uma publicação clandestina que reunia militantes de organizações de extrema esquerda, a maioria delas tendo apoiado ou participado da luta armada. Em julho de 1975, *Brasil Socialista* publicou um texto fundamental para a revisão da tática política da esquerda armada: *Notas sobre a Questão da Tática*⁴. O texto definia explicitamente a conjuntura de distensão política (iniciada, em 1974, pelo governo Geisel) como um projeto de institucionalização da ditadura militar e propunha em resposta uma luta pelas liberdades democráticas. Assinava o artigo o militante Raul Villa, «nome frio» de Eder Sader, um dos dirigentes da organização Política Operária (POLOP). No ano seguinte, um documento interno do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma das mais importantes organizações de luta armada no Brasil, intitulado *Socialismo e liberdades Democráticas*⁵, consolidava a nova tática. A partir daí o campo da luta democrática passou a ser engrossado por organizações que até então eram críticas a esta perspectiva de luta (considerada «reformista») e propunham a luta armada como forma de combate à ditadura. Essa mudança de tática foi fundamental porque permitiu a rearticulação entre diferentes esquerdas e destas com setores mais moderados da sociedade civil criando um amplo campo de oposição e protesto contra o regime.

A partir de meados da década de 70, portanto, definiu-se uma nova conjuntura e um processo de luta política fortemente marcada por estes dois polos: de um lado, o projeto de abertura do governo; de outro, a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações de esquerda, que procurava alargar e implodir os limites do projeto de «abertura» do governo. Este movimento de oposição se organizou em torno de uma plataforma de lutas democráticas: anistia ampla, geral e irrestrita; fim do aparelho e da legislação repressiva; eleições livres e diretas; direito de greve; liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a censura, contra as prisões arbitrárias, contra a tortura, por uma constituinte soberana, pelo retorno ao Estado de Direito.

A partir daí começava a se delinear uma cena política legal, pública, que procurava romper os limites da clandestinidade e tornar visível o movimento de oposição à ditadura. A esquerda se juntava então a outros setores da sociedade que procuravam configurar uma luta política que aumentasse as margens da legalidade no país. Este processo não foi sem baixas. Em 1974, no mesmo ano da posse de Geisel, as prisões, seguidas de morte nas dependências do II Exército, do jornalista

4. «Notas sobre a Questão da Tática». In *Brasil Socialista*. Ano 1, n.º 3, julho/1975. Acervo «Memórias de Esquerda», Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO), Instituto de História, UFRJ

5. Acervo «Memórias de Esquerda», Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO), Instituto de História, UFRJ.

Vladimir Herzog e do líder sindical Manuel Fiel Filho, foram responsáveis pelo ponto máximo da crise no interior das Forças Armadas. E, já em 1976, a invasão de uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no bairro da Lapa, em São Paulo, resultou na morte, no próprio local, de dois de seus dirigentes, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. A legalidade era, na verdade, conquistada com risco e com luta pelos movimentos sociais de oposição e pelos partidos e organizações de esquerda. Mas de toda a forma, um novo cenário político, com forte presença da oposição, se configurava neste momento.

Neste novo cenário alguns atores passaram a se destacar. Entre eles, prioritariamente, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶, a Igreja Católica e o Movimento Estudantil. O MDB, após a vitória eleitoral de 1974, passou a canalizar o descontentamento dos mais variados setores da sociedade em relação ao regime militar. A Igreja Católica teve enorme papel na luta pela defesa dos direitos humanos, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) e das Pastorais (entre as quais uma das mais ativas era a Pastoral da Terra, que atuava junto aos trabalhadores rurais). O Movimento Estudantil foi um dos grandes responsáveis pela retomada das mobilizações políticas, inclusive recuperando o espaço das ruas. Além do MDB, da Igreja e do Movimento Estudantil, setores da classe média se posicionavam contra o regime. Entidades representativas de profissionais liberais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Sindicato de Professores, o Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB) eram algumas das associações mais ativas que, a partir de meados dos anos 70, passaram a expressar publicamente seu repúdio ao regime militar. Importante citar também os movimentos de bairros e a formação das associações de moradores, não apenas nos bairros de classe média, mas também nas favelas e bairros populares. Nesta época, também surgiram no Brasil (ou ressurgiram, em alguns casos) um tipo de movimento que na época foi chamado de *minorias políticas* - como o movimento das mulheres, o movimento negro, o movimento gay e, em menor escala, os movimentos de apoio à causa indígena. Estes movimentos engrossaram, a partir de meados da década de 1970, a oposição à ditadura militar. Finalmente, é importante mencionar a retomada do movimento sindical que ganhava corpo, sobretudo, no ABC paulista. O movimento operário sindical havia sido violentamente atingido logo no primeiro momento após o golpe de 1964. As lideranças trabalhistas e comunistas foram dispersas – presas, exiladas, assassinadas, intimidadas pela tortura. Severa e ostensiva vigilância se estabeleceu sobre fábricas e sindicatos em todo o país. Algumas greves em 1968, como as de Osasco

6. O MDB era um partido de oposição criado pela ditadura. O Ato Institucional n.2 extinguiu, em outubro de 1965, os partidos políticos existentes antes do golpe militar de 1964. Em seguida foram criados dois novos partidos: um de apoio e sustentação do regime (ARENA) e outro de «oposição» (MDB). Ao longo da transição política o MDB catalizou o descontentamento com o regime e transformou-se, de um partido de «oposição consentida», num partido de oposição de fato, tendo importante papel na condução das lutas pela redemocratização.

(São Paulo) e Contagem (Minas Gerais) sofreram violenta repressão. Essa situação provocou um refluxo do movimento operário e sindical durante a ditadura militar. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, o movimento voltou a realizar amplas campanhas salariais e greves retomando um papel protagonista na política. Este retorno teve forte impacto no cenário político do país, expresso na criação do Partido dos Trabalhadores em fevereiro de 1980⁷.

A CENTRALIDADE DO TEMA DA ANISTIA NA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

O tema da anistia ocupa lugar central na transição brasileira. E esta é, sem dúvida, uma de suas especificidades. A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita foi a principal luta política contra a ditadura militar; ela mobilizou e unificou os mais variados setores da oposição, das esquerdas e da sociedade civil. Na verdade a campanha pela anistia foi a primeira campanha política nacional de massas depois do Ato Institucional N. 5. Ela marcou o momento de retomada de manifestações políticas públicas nas principais capitais do país. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda, que estavam distribuindo panfletos numa comemoração operária do Primeiro de Maio em São Paulo. Com a palavra de ordem «Libertem nossos presos! Agora, já!», estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia. Logo depois, no início de 1978, foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), somando-se a outros comitês que já existiam, como o Comitê Feminino pela Anistia. Na sequência, foram criadas sedes do CBA em várias cidades do país. O Comitê Brasileiro pela Anistia comandou, em nível nacional, uma campanha de luta pela anistia ampla geral e irrestrita. Os jornais da chamada «Imprensa Alternativa»⁸ auxiliaram divulgando a campanha em suas páginas, informando sobre os atos e manifestações políticas e debatendo o tema.

A luta pela anistia tinha um forte conteúdo humanitário. Ela englobava bandeiras como o fim da tortura, o fim das prisões arbitrárias, a defesa do habeas corpus, a libertação de presos políticos, a volta dos exilados. Ela levantava bandeiras gerais ligadas aos direitos humanos e, além disso, atingia o cerne do caráter ditatorial e violento do regime. Por isso foi a bandeira que unificou diferentes movimentos sociais e grupos políticos. Ela foi a bandeira de luta e a palavra de ordem que marcou a transição política brasileira.

7. Para um estudo mais aprofundado sobre o movimento operário sindical durante a ditadura e na transição democrática, ver o livro de SANTANA, Marco Aurélio: *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. RJ: Boitempo, 2001.

8. A Imprensa Alternativa foi um tipo de imprensa de oposição característica do período da ditadura militar: jornais de formato tabloide ou semi tabloide, que circulavam numa faixa de «semilegalidade»; eram em sua maioria vinculados a grupos e organizações de esquerda ou movimentos sociais.

Mas a anistia que foi promulgada na Lei de 1979 não foi aquela desejada pelos setores mais combativos da sociedade – o CBA, o movimento estudantil, os grupos de familiares de mortos e desaparecidos, os jornais de esquerda da imprensa alternativa. Foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de «reciprocidade», ou seja, de proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado. A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o atual presidente da Comissão de Anistia, Dr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela «anistia ampla, geral e irrestrita»; mas por outro lado, ela foi também, uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime⁹. A lei de anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos de oposição ao regime. O verão de 1979 para 1980 entrou para a história como o «verão da anistia»; os exilados voltavam e eram recebidos com festa no aeroporto do Galeão. Por outro lado, as famílias de mortos e desaparecidos políticos nada tinham a comemorar: a lei não aliviava a dor dessas famílias, nem tocava na questão das mortes e desaparecimentos forçados. Muitas dessas pessoas, em seus depoimentos¹⁰, dizem que neste momento, se sentiram «abandonadas e à margem da festa do país»¹¹.

No entanto, apesar das falhas e limitações, a anistia promulgada em agosto de 1979 inaugurou um novo momento no processo de transição política brasileiro. O retorno de exilados e banidos, a saída da prisão¹² e da clandestinidade de muitos militantes e lideranças políticas de esquerda alteraram o cenário político. Por outro lado, o projeto de abertura do governo prosseguia. Em novembro de 1979, o governo decretou o fim do bi-partidarismo e tornou legalmente possível a criação de novos partidos políticos¹³. Militantes e lideranças políticas que retornavam do

9. O cerne da questão residia no artigo da Lei que concedia anistia a todos que tivessem cometido crimes políticos ou conexos a estes. Consagrou-se uma interpretação de que os crimes cometidos pelos agentes do Estado seriam enquadrados na categoria de crimes conexos. Esta interpretação bloqueou e tem bloqueado qualquer tentativa de responsabilização e punição dos agentes do Estado que cometeram abusos e violações dos direitos humanos. Para um aprofundamento maior dessa discussão V. o artigo de FERREIRA BASTOS, Lucía Elena Arantes: «A lei de anistia brasileira: os crimes conexos, a dupla via e tratados de direitos humanos», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 103, pp. 593–628, jan./dez, 2008.

10. Utilizo neste artigo um conjunto de depoimentos coletados pelo projeto «Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil», projeto de pesquisa a nível nacional do qual participei coordenando a equipe da UFRJ.

11. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Depoimento concedido ao projeto «Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil». (Equipe do Rio de Janeiro-UFRJ). Rio de Janeiro, 27 de abril de 2011.

12. Muitos presos não foram libertados pelos efeitos da Lei de Anistia, mas sim como consequência da reformulação da Lei de Segurança Nacional, ocorrida em dezembro de 1978,

13. O objetivo principal da medida foi destruir a força política do MDB que havia concentrado a oposição durante os anos de ditadura. A aposta do regime era que, com a possibilidade de criação de novos partidos, a oposição e as esquerdas se fragmentariam - o que, de fato, aconteceu.

exílio e saíam das prisões, bem como as lideranças políticas que haviam se destacado na resistência contra a ditadura dentro do país, envolveram-se na criação de novos partidos e na recuperação de antigas siglas. A conjuntura política pós 1980 foi marcada por essa reestruturação do cenário político, com novos atores e novas bandeiras, especialmente a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República e pela Assembleia Constituinte – que discutiremos a seguir.

FRUSTRAÇÃO E RESILIÊNCIA

Este processo de transição política, que estou situando entre 1974 e 1988, foi marcado muito fortemente por duas características: *frustração* e *resiliência*. Resiliência é um conceito usado pelos profissionais da área de psicologia que significa a capacidade de um indivíduo suportar um golpe, enfrentar uma frustração e retomar seu rumo; é a capacidade de enfrentar a dor e se renovar nesse enfrentamento criando novas opções de vida e de ação. Num certo sentido poderíamos aproximar essa noção da visão de Hannah Arendt que afirma que a ação política é capaz de criar novos começos, instaurar um novo início a partir de um fim.

[...] o próprio homem é, de um modo extremamente milagroso e misterioso, manifestamente dotado para fazer milagres. Em nossa linguagem comum e bem usual, chamamos a esse dom de agir. É peculiar ao agir o desencadeamento de processos cujo automatismo, em seguida, parece muito semelhante ao dos processos naturais; e lhe é peculiar também estabelecer um novo início, começar algo novo, tomar a iniciativa, ou, falando como Kant, iniciar a partir de si mesmo uma cadeia. O milagre da liberdade está inserido nesse poder iniciar¹⁴.

Para Arendt, a capacidade de criar uma situação nova, *algo novo*, seria intrínseca ao homem e definidora da própria ação política. É dessa forma que propomos aqui o uso da noção de resiliência.

O processo de redemocratização brasileiro foi marcado por avanços e recuos, grandes mobilizações de massa, seguidas muitas vezes de vitórias parciais ou mesmo de derrotas. Derrotas que eram seguidas de novas ações políticas, que enfrentavam novas frustrações e exigiam novas ações políticas. Entre 1974 e 1988 esse jogo entre ação política/frustração/resiliência/nova ação política marcou o cenário da transição democrática brasileira. A campanha pela anistia, a luta pelas «diretas já» e a campanha pela Assembleia Constituinte são momentos que expressam essa conjugação.

Como vimos, um dos exemplos mais significativos foi a luta pela anistia. Entre 1974 e 1979, o país vivenciou um renascer das ações e mobilizações políticas em torno da campanha pela «Anistia, ampla, geral e irrestrita». Mas a Anistia obtida

14. ARENDT, Hannah: «Será que a política ainda tem de algum modo algum sentido». In: *A dignidade da política. Ensaios e Conferências*. RJ: Relume Dumará, 1993, p. 121.

em 1979 não correspondeu a esta campanha. Se por um lado ela foi vivida pela sociedade como uma vitória, mesmo que parcial, por outro, com a menção aos «crimes conexos», dava margem à uma interpretação que impedia a punição dos agentes do Estado que haviam cometido crimes de morte, tortura e desaparecimento forçado, protegendo os torturadores e fomentando uma cultura de impunidade. Vitória parcial e frustração marcaram a recepção da Lei de Anistia.

Este jogo de frustração e resiliência tornou-se ainda mais presente e mais claro nas duas últimas fases da transição que abrangem o período de 1980 a 1988. Como vimos, após a Lei da Anistia, as lideranças políticas que retornavam ao Brasil, assim como aquelas forjadas no país durante a luta contra a ditadura militar, se organizaram e articularam alianças e projetos para a criação de novos partidos. Os dois Partidos Comunistas existentes no Brasil iniciaram campanha pela legalidade; Leonel Brizola (líder do movimento trabalhista derrubado pelo golpe de 1964) criou um novo partido com o objetivo de recuperar este legado político, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ulisses Guimarães, um dos políticos mais importantes do antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), articulou a criação do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) – um partido que pretendia ser a continuidade do anterior que desempenhara papel importante na transição política. Luis Inácio Lula da Silva, o líder metalúrgico do movimento sindical que se desenvolvera em São Paulo no final da década de 1970 criou o Partido dos Trabalhadores, em fevereiro de 1980. Numa certa medida, essa pulverização da oposição em diferentes partidos correspondia ao projeto da ditadura de fragmentar a oposição e as forças de esquerda. Mas por outro lado, correspondia a anseios de diferentes grupos políticos por liberdade de organização e expressão de seus pontos de vista. Estes novos partidos desempenharam importante papel nas lutas políticas do período – lutas que completaram a transição política e lhe deram seu conteúdo específico. Conteúdo esse marcado, a nosso ver, pela alternância entre frustração e resiliência.

Nessa nova conjuntura, a luta política que ganhou destaque foi a campanha por eleições diretas para presidente da República. A campanha pelas «Diretas já!» voltou a mobilizar amplos setores da população e, novamente, engendrou manifestações massivas, em todo o país. No Rio, o *Comício das Diretas* na Candelária ficou conhecido como o «Comício do milhão» – cifra até então inimaginável para um país ainda vivendo na ditadura militar. Apesar disso, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização imediata de eleições diretas para a sucessão do Presidente Figueiredo, foi derrotada no Congresso Nacional, em abril de 1984. A população brasileira assistiu, concentrada nas praças públicas das grandes cidades, à votação da emenda que era divulgada por placares em imensos telões. A derrota parlamentar de um movimento político forjado nas ruas produziu enorme frustração popular.

A opção escolhida em detrimento da Emenda das «Diretas Já!» foi a realização de uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral, composto por parlamentares. A negociação política que prevaleceu se expressou numa chapa que marcava a

aliança entre os dois maiores partidos da época, na verdade oriundos do bipartidarismo anterior: o PMDB e o recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL)¹⁵. A chapa formada por Tancredo Neves (representante do PMDB) e José Sarney (pelo partido da Frente Liberal) era a exata expressão da negociação entre as elites políticas da época. E representava um traço forte da cultura política do país (a tendência a práticas de conciliação e negociação) que emergia intacto após os anos de ditadura militar. A chapa Tancredo – Sarney foi eleita no Congresso, em janeiro de 1985, por larga margem de vantagem. O Partido dos Trabalhadores (PT) não quis participar, denunciou o processo como farsa e puniu com a expulsão seus parlamentares que votaram favoravelmente à chapa de Tancredo Neves.

Apesar do caráter moderado, centrista e elitista da solução negociada, a eleição de Tancredo tinha uma simbologia política importante. Tancredo era identificado com a herança varguista. Havia sido Ministro da Justiça de Getúlio Vargas em 1954 e Primeiro Ministro do Presidente João Goulart, deposto em 1964. Apesar de seu perfil moderado e conciliador sua indicação para a Presidência da República tinha um certo gosto de retorno à democracia do pré-64. Um gosto de revanche que o acaso negou à oposição e à sociedade brasileira: Tancredo adoeceu e morreu antes de ser empossado. Seu vice, José Sarney, político de tradição conservadora, da linhagem da extinta ARENA, assumiu a Presidência da República do Brasil em de março de 1985. A morte de Tancredo foi vivida como uma enorme comoção popular.

Dois meses depois da posse do Presidente Sarney, o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas, aprovou o voto para os analfabetos e legalizou os partidos comunistas. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a opção pelo fim negociado da ditadura e a morte de Tancredo Neves, o reingresso do país na via democrática foi marcado pela negociação e pela frustração. Mas a essa frustração seguiu-se nova campanha política que também se apoiou em mobilização popular: a campanha por uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva que definisse os termos de um novo pacto político. Sindicatos, movimentos sociais e civis, intelectuais, jornalistas, juristas, ativistas políticos e parlamentares lideraram uma campanha em prol de uma constituinte exclusiva (com representantes eleitos exclusivamente para essa função). Foram organizadas caravanas até a sede do Governo em Brasília com o objetivo de propor um plebiscito popular para referendar essa proposta. Mas essas demandas foram ignoradas e, em novembro de 1985, foi aprovada a criação de uma Constituinte congressional (ou seja, quando o próprio Congresso assume a tarefa de elaborar uma nova Constituição). Assim, os deputados federais e senadores eleitos nas eleições gerais de 1986 assumiriam também a função constituinte. A proposta vitoriosa de uma Constituinte congressional retirava o protagonismo popular do processo e reforçava o papel das elites políticas.

15. O PFL era uma dissidência do Partido Democrático Social, o partido do governo criado após a extinção do bi-partidarismo.

Essa nova frustração foi respondida novamente com ação política. A população brasileira — não apenas os setores organizados em sindicatos, associações, partidos, movimentos — mas também cidadãos comuns participaram ativamente do processo, encaminhando sugestões dos mais variados tipos para o Congresso, para os parlamentares ou para o presidente da Assembleia. A Coleção Memória da Constituinte do Museu da República reúne milhares de cartas enviadas às autoridades políticas, por grupos sociais organizados e por cidadãos comuns. Essas cartas atestam a grande disposição de participação da sociedade no processo. A historiadora Maria Helena Versiani¹⁶, que analisou este acervo, salienta:

Chama a atenção, nas cartas, o fato de que muitos missivistas, embora críticos em relação à tradição política brasileira de não reconhecer os direitos de cidadania do povo, demonstrarem confiança e esperança na transformação do país, dizendo-se desejosos de expor os seus pontos de vista e sugestões com esse propósito¹⁷.

A Constituição promulgada em 1988, apesar da marca elitista e excludente dada pelo caráter congressual em detrimento da demanda popular por uma Constituinte exclusiva teve, no entanto, grande mérito. Ela significou, efetivamente, a consolidação do processo de transição democrática brasileiro. Segundo o historiador Boris Fausto,

a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias¹⁸.

Chamada de «Constituição Cidadã», procurou marcar e defender os direitos dos cidadãos brasileiros, com atenção para negros, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, população indígena, quilombola, e permitiu, em alguma medida, um novo pacto político. A promulgação da nova constituição encerrou o longo processo da transição política brasileira rumo à redemocratização. Um processo marcado pela negociação entre as elites (antigas e novas) que quase sempre excluiu ou diminuiu a força e a presença dos movimentos populares — que, ao longo de todo processo, insistiram em participar. Por um lado, elitismo, negociação e conciliação, entre as elites. Por outro, um movimento popular que tentava interferir e que se expressava em massivas manifestações. A negociação entre as elites predominou. Mas o movimento popular insistiu em sua participação ao longo de todo processo, enfrentando frustrações e retomando, seguidamente, o ânimo participativo. Por isso, se a transição pode ser encarada como um processo negociado, também pode ser vista como um longo processo de ação política, frustração e resiliência por parte do movimento popular.

16. Maria Helena Versiani analisou o conjunto das cartas individuais no livro *Correio político: Os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)*. RJ: Contra Capa, 2014.

17. VERSIANI, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 249.

18. FAUSTO, Boris: *História do Brasil*. 8.^a ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 525.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, MEMÓRIA, REPARAÇÃO

Este processo de uma longa transição marcada por frustração e resiliência influenciou, em alguma medida, a justiça transicional implementada a partir de 1988, que teve de se adaptar às negociações políticas que marcaram a transição e, sobretudo, à força e permanência das antigas elites.

A noção de justiça de transição ganhou densidade nas últimas décadas em que vários países viveram transições políticas de regimes arbitrários, ditatoriais, violentos para regimes democráticos. Neste processo de transição política, tanto o Estado quanto a sociedade, são forçados a encarar um legado de violência e de desrespeito aos direitos humanos. A justiça de transição é justamente um conjunto de procedimentos jurídicos e políticos que tem por objetivo auxiliar nesta transição, revelando os crimes cometidos sobretudo pelo Estado, reparando as vítimas, criando as condições para um novo pacto nacional. Memória, verdade, justiça, reparação das vítimas, responsabilização e punição dos perpetradores, reconciliação nacional – estes são os principais elementos que se articulam, de diferentes formas, num processo de justiça de transição. Nas últimas décadas, diferentes modalidades de justiça de transição foram —e estão sendo— implantadas e desenvolvidas em vários países. Cada país adota um modelo diferente de justiça de transição – de acordo com a sua história, sua cultura política, suas especificidades conjunturais e estruturais, a correlação de forças da época da transição e também, de acordo com o que sociedade e Estado elegem como a questão principal de sua transição¹⁹.

A justiça de transição no Brasil tem dado ênfase prioritariamente à questão da reparação. Esta ênfase foi em parte condicionada pelo próprio processo de transição lenta e negociada, que envolveu diversos setores políticos e sociais assim como também deve ser vista como produto da centralidade que a questão da anistia teve nesse processo. Numa certa medida *anistia* tornou-se sinônimo de *reparação*. Recuperemos essa trajetória. Ao longo dos anos —1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002— a lei de Anistia de 1979 foi alvo de legislações complementares²⁰. De um modo geral estas leis visavam ampliar os benefícios e o número dos beneficiados pela anistia, procurando reparar a violência praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura. E neste processo, o termo «anistia» foi paulatinamente se equiparando ao termo «reparação». O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou este processo. A ideia era que o cidadão não fosse apenas *anistiado* dos crimes políticos dos quais era acusado, mas *reparado* pelo mal sofrido. A Comissão de Anistia, criada em agosto de 2001, junto ao Ministério da Justiça, tinha (e tem) por função reparar, indenizar, reconduzir a postos públicos e a antigos cargos, enfim,

19. Uma análise profunda das diferentes modalidades de justiça de transição é apresentada no livro organizado por BARAHONA DE BRITO, Alexandra; AGUILAR, Paloma e GONZÁLEZ, Carmem: *Las Políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Istmo, 2002.

20. RODEGHERO, DIESTMAN & TRINDADE: *Anistia ampla, geral e irrestrita. História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

exercer o papel de restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos. O termo anistia ganhou então uma acepção mais ampla, significando mais do que tudo, *reparação*. Esta é uma especificidade do processo político brasileiro, do modelo brasileiro de justiça de transição: a ênfase na reparação (em detrimento de outros aspectos, como por exemplo, a revelação da verdade, apuração de responsabilidades e punição dos culpados); e a identificação entre «anistia» e «reparação».

No entanto, o próprio processo de reparação foi ampliando seu significado, passando de um caráter que inicialmente era *indenizatório/trabalhista* e *restaurador* (recondução a antigos empregos e cargos públicos, por exemplo) para dimensões mais políticas. O cunho essencialmente indenizatório foi criticado muitas vezes pelos movimentos de direitos humanos e pela sociedade em geral. As indenizações são calculadas a partir do salário que o pleiteante recebia na época em que foi lesado (preso, banido, exilado, demitido, obrigado a entrar para a clandestinidade). A indenização de médicos, jornalistas e engenheiros, por exemplo, é sempre bem maior do que aquelas recebidas por operários, lavradores, estudantes. Nesse sentido as reparações reforçavam as diferenças de classe e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. O debate sobre limites e distorções das indenizações estimulou a própria Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a partir de 2007 sob a direção do advogado e jurista Paulo Abrão, a reforçar outras dimensões, mais políticas da reparação, promovendo o que a Comissão chamou de «virada hermenêutica»²¹.

Dois procedimentos se destacaram nessa nova fase da Comissão de Anistia e no tipo de reparação empreendido. Em primeiro lugar a realização de «Caravanas de Anistia», com sessões de julgamentos públicos, em todo o país, de vários processos de solicitação de anistia e reparação. Os momentos mais importantes da solenidade são ligados à palavra: o primeiro é o depoimento do requerente à anistia. Por dez minutos a tribuna é dele, pode falar o que quiser, revelar, denunciar, aclamar. E, após o julgamento, se deferido, o presidente da Comissão de Anistia pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos danos cometidos ao requerente durante a ditadura militar. Com este pedido de perdão em nome do Estado inverte-se o próprio sentido da palavra anistia. Não é mais o ex-perseguido político que é perdoado, mas sim o próprio Estado que se desculpa por sua violência política.

Todas as pessoas que deram depoimentos ao projeto Marcas da Memória²², que foram anistiados e passaram por este ritual, dão ênfase a este pedido de

21. Glenda GATHE ALVES fez um detalhado estudo desse processo em sua dissertação de mestrado, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada «A Virada Hermenêutica da Comissão de Anistia: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação (2007-2010)».

22. Projeto de pesquisa em nível nacional, produto de um convênio entre a Comissão de Anistia e universidades federais. O projeto coletou depoimentos e organizou um amplo acervo audiovisual com testemunhos de pessoas que foram vítimas da ditadura ou lutaram contra elas.

perdão oficial. Para todas elas, o pedido de perdão do Estado é o elemento chave da reparação.

A historiadora Dulce Pandolfi foi presa em 1969 devido à sua ligação com a organização Ação Libertadora Nacional (ALN) e permaneceu presa por um ano e meio, passando por diferentes presídios. Seu depoimento é um dos que relata com maior detalhe, franqueza e coragem as torturas e sevícias a que foi submetida. Ao final de seu depoimento ela destaca a importância do pedido oficial de perdão pelo Estado:

O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda! [...], foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita! Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar [com o pedido de reparação]. Foi um momento muito lindo da minha trajetória²³.

Vera Vital Brasil, militante política vinculada ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), exilada no Chile e anistiada em 2010 também salienta, em seu depoimento, a importância do pedido formal de desculpas por parte do Estado. Vera é psicóloga, foi integrante do Grupo Tortura Nunca Mais e hoje atua no Fórum de Reparação e Memória, realizando um trabalho terapêutico junto a vítimas de violência e tortura. Seu depoimento também enfatiza o pedido de perdão do Estado.

Eram quinze mulheres e foi uma seção especial [...] e foi muito bonita porque os depoimentos das mulheres foram muito contundentes, isso comoveu muito a todas nós, de forma especialíssima e... Enfim... essa situação de ouvir da parte do Estado um pedido de desculpas pesa, pesa simbolicamente. Eu acho que, apesar de ser uma formalidade, não é uma mera formalidade, entende? É alguma coisa que atravessa a vida da gente²⁴.

No entanto, apesar dos avanços na reparação às vítimas da violência de Estado conduzidos pela Comissão de Anistia, o país continuou a não enfrentar a verdade sobre a questão dos mortos e desaparecidos. De certa forma esse tema se constituiu, ao longo dos anos de transição e consolidação democrática, como as «memórias subterrâneas» apontadas pelo historiador Michael Pollak²⁵: aquelas memórias que se calam e se guardam porque não encontram terreno propício de exposição. Após o fim da ditadura militar as novas bandeiras políticas, os novos partidos, as novas campanhas em que se engajavam as esquerdas e a oposição propiciaram um novo cenário no qual os atores políticos se esforçavam para atuar,

23. PANDOLFI, Dulce: Depoimento concedido ao projeto «Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil» (Equipe do Rio de Janeiro-UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.

24. VITAL BRASIL, Vera: Depoimento concedido ao projeto «Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil» (Equipe do Rio de Janeiro-UFRJ). Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2011.

25. POLLAK, Michael: «Memória, esquecimento e silêncio», *Estudos Históricos*. RJ, 1989.

defender suas propostas e interferir na definição de um novo pacto político democrático. O drama dos familiares de mortos e desaparecidos ficou então restrito aos grupos de direitos humanos e aos familiares. O mais importante desses coletivos foi o Grupo Tortura Nunca Mais, criado em 1985, que atua até os dias de hoje. Mas as «memórias subterrâneas» um dia emergem – quando encontram condições políticas para tal. A criação da Comissão da Verdade, em 2012, significou um novo marco neste processo de consolidação democrática e justiça transicional.

O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE FACTUAL

O Brasil instalou uma Comissão da Verdade mais de quarenta anos depois do golpe e mais de duas décadas após o fim da ditadura. A Comissão foi criada após muitos anos de regime democrático e de um longo processo de reparação desenvolvido pela Comissão de Anistia. Este é um dos elementos importantes de diferenciação da Comissão de Verdade no Brasil em relação a outros países que, de forma geral, criaram comissões de verdade logo após o fim dos regimes ditatoriais. Esta característica não é pouco importante; ao contrário, ela é extremamente sintomática do processo político brasileiro. A transição política que o país viveu não contemplou os aspectos que uma Comissão de Verdade suscita: não revelou, não nomeou, não respondeu às inúmeras demandas das vítimas, não esclareceu amplamente sobre mortos e desaparecidos, não assumiu as violações, não reconheceu a tortura, não responsabilizou ninguém. A transição política para a democracia foi se desenvolvendo através de pactos e alianças que criaram, sem dúvida, um espaço político novo, mas que passou por cima dos abusos e violências perpetrados durante a ditadura. A Comissão de Verdade instalada após esse processo teve que lidar com um terreno consolidado no qual as graves violações tinham sido «ocultadas», «esquecidas». O fator novo que determinou a instalação da Comissão da Verdade após tanto tempo de processo transicional foi, sem dúvida, a posse da Presidente da República Dilma Rousseff em janeiro de 2011. A Presidente Dilma foi militante de organizações de esquerda, presa, torturada, teve amigos presos, torturados e mortos pela repressão e tornou-se ela própria uma das principais defensoras da criação de uma Comissão da Verdade no país. A comissão procurou enfrentar, na medida do possível esse tema tabu (que não fez parte da solução negociada). Ainda é cedo para avaliar o resultado político da comissão, mas pode-se perceber a opção que ela fez por abordar a questão dos mortos e desaparecidos, atendo-se a alguns casos emblemáticos e simbólicos, marcas da memória coletiva sobre a violência da ditadura. Entre eles o caso do deputado Rubens Paiva²⁶. Os jornais brasileiros deram ampla cobertura aos depoimentos

26. Rubens Paiva desapareceu em janeiro de 1971. Foi preso e torturado até a morte. Seu corpo nunca foi encontrado. As circunstâncias de sua morte vieram à tona em depoimentos de ex-militares à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

dos ex-militares sobre o caso. Um deles mereceu destaque. O coronel reformado do Exército Paulo Malhães em seu depoimento à Comissão da Verdade declarou ter participado de sessões de tortura a presos políticos nas dependências do Exército e afirmou também que, por designação do Exército, havia sido incumbido de desenterrar e sumir com o corpo do deputado Rubens Paiva²⁷. Um mês depois o coronel foi encontrado morto em sua casa com sinais de asfixia²⁸. O caso nunca foi esclarecido. A polícia indicou a possibilidade de um assalto, mas a hipótese de que ele tenha sido «silenciado» foi aventada sem ter seguido adiante.

O acesso à verdade factual é a principal reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos e dos grupos de direitos humanos. Essa demanda aparece com destaque nos depoimentos do Projeto «Marcas da Memória». O depoimento de Bernardo da Mata Machado é representativo dessa demanda. Bernardo é irmão de José Carlos da Mata Machado, dirigente da organização Ação Popular Marxista Leninista (APML), preso e morto no Recife em 1973. A família, cujo pai era um conhecido advogado mineiro, lutou e conseguiu o traslado do corpo de Zé Carlos que foi enterrado (com o caixão fechado) em Belo Horizonte. Seu depoimento destaca não apenas a necessidade da verdade factual, mas também aponta para a questão da reconciliação nacional, inclusive redefinindo a relação com os militares:

Eu acho fundamental a questão de levantar a memória de cada um, saber como morreu, quem mandou matar, quem torturou, aonde, onde foi enterrado. Eu acho que tem que achar os corpos, que tem que desenterrar e entregar para as famílias. A minha expectativa é essa: que todas as famílias possam enterrar os seus mortos, que elas saibam em que condições eles morreram, que a gente levante isso tudo, que consigamos fazer com que os militares compreendam que eles são fundamentais para a preservação da democracia brasileira e que para isso o restabelecimento da verdade é fundamental²⁹.

As «memórias subterrâneas» não dizem respeito apenas às demandas dos familiares de mortos e desaparecidos. O não esclarecimento dessa questão tem consequências graves para o presente. A maior delas é a não condenação explícita da prática da tortura. Mais do que a responsabilização e punição dos agentes do Estado responsáveis pelos crimes de tortura, assassinato e desaparecimentos seria importante o reconhecimento e a condenação da prática da tortura. Enquanto essa rejeição pública não acontece a tortura continua a ser praticada, de forma legitimada, contra cidadãos brasileiros, especialmente os jovens, negros, pobres e habitantes das comunidades de baixa renda.

27. As notícias sobre as declarações do coronel Malhães ocuparam as páginas de quase todos os jornais brasileiros. Aqui utilizo o site de notícias <http://UOL.com.br>, publicado em 24/04/2014.

28. *Idem*.

29. MATA MACHADO, Bernardo da. Depoimento concedido ao projeto «Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil» (Equipe do Rio de Janeiro-UFRJ). Belo Horizonte, 26 de novembro de 2011.

REDEMOCRATIZAÇÃO E TESTEMUNHO

Num processo de redemocratização e justiça de transição, o testemunho tem papel fundamental. Testemunhos que narram experiências de luta e resistência contra ditaduras, que denunciam abusos e violações dos direitos humanos, que tornam público tragédias e injustiças vividas por pessoas, famílias, grupos. Por isso mesmo, em muitos processos de transição para a democracia, a instauração de uma Comissão da Verdade foi uma etapa ou um instrumento importante para o avanço do processo e a superação da violência política. Priscilla Hayner, pesquisadora do International Center of Transitional Justice, de Nova York, sintetiza da seguinte forma o que seria a principal meta de uma comissão:

O objetivo principal é fazer uma investigação oficial, estabelecer um registro do passado de um país, esclarecendo os acontecimentos incertos e levantar o véu de silêncio e negação sobre um período da história contencioso e doloroso³⁰.

A maioria das comissões da verdade se volta, principalmente, para as vítimas. Apesar de, em alguns casos, realizarem investigações sobre a atuação de perpetradores individuais (quase sempre agentes do Estado), sua atenção se centra nas vítimas. O objetivo é dar a elas uma «voz pública», ampliando a sua fala e sua denúncia. Essa visão destaca a importância do testemunho num processo de justiça de transição. A Comissão de Verdade e Reconciliação instaurada na África do Sul em 1995, logo depois do fim do regime do *apartheid* e após à eleição de Nelson Mandela, consagrou esse modelo de uma comissão voltada para dar voz às vítimas da violência política. No Brasil, como vimos, antes mesmo da instalação da Comissão da Verdade, a atuação da Comissão de Anistia já conferia importância aos testemunhos.

Cientes da importância do testemunho num processo de transição democrática e de superação da violência política, inúmeros pesquisadores tem se dedicado a coletar e organizar acervos de fontes orais com depoimentos de pessoas que viveram o processo e querem dar seu testemunho sobre ele. Uma parte da historiografia do período tem se construído a partir de depoimentos e testemunhos. Isso é particularmente significativo para a historiografia argentina, mas também acontece no Brasil. Em função disso é importante levar em conta algumas questões relativas aos limites e ao alcance dos testemunhos para a historiografia da transição. Em muitos países da América Latina que passaram de ditaduras militares para democracias, foram constituídos acervos de depoimentos de pessoas que foram vítimas das ditaduras ou que lutaram contra elas. Nossa equipe de pesquisa participou da organização de um acervo desse tipo, intitulado «Marcas da Memória», a partir de uma parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mais do que

30. HAYNER, Priscilla: «Enfrentando crímenes pasados y la relevancia de comisiones de la verdad». In *Ensayos sobre la justicia transicional*. Editado por el Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2003, p. 133.

verdades absolutas ou dados empíricos, os depoimentos nos trazem registros de vivência, de memória e de esquecimento que nos ajudam a compreender uma época e suas nuances. No caso de um processo de redemocratização, é importante que os relatos e denúncias de diferentes atores e das vítimas da violência política sejam incorporados ao próprio processo de consolidação democrática, assim como seus testemunhos sejam incorporados à narrativa histórica desse período. De certa forma, procuramos contribuir para isso neste artigo.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

Saldar as contas com um passado de violência política é importante para o processo de consolidação democrática e para o avanço de medidas e leis que ampliem os direitos humanos no país, em todos os sentidos. Somente assim poderemos considerar concluído nosso processo de transição democrática.

Dessa forma, os avanços e vitórias da Constituição de 1988 —marco de nossa transição política— devem ser preservados e ampliados, como o direito a saúde e educação, os direitos das mulheres (inclusive sobre contracepção, descriminalização e regulamentação do aborto), os direitos e a proteção de jovens, adolescentes e crianças, os direitos das populações tradicionais, dos povos indígenas, dos negros, das pessoas com necessidades especiais. E, junto com isso, o direito à memória, à verdade e à justiça. São essas as tarefas do Brasil para hoje e para amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Glenda Gathe: *A Virada Hermenêutica da Comissão de Anistia: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação (2007-2010)*. Dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), 2015.
- ARAUJO, Maria Paula: «Lutas democráticas contra a ditadura». En: FERREIRA & AARÃO REIS (orgs.): *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção As Esquerdas no Brasil, 2007.
- ARAUJO, Maria Paula, MONTENEGRO, Antonio y RODEGHERO, Carla (orgs.): *Marcas da Memória: História oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2012
- ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos y GRIN, Mónica (orgs.): *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012.
- ARENDT, Hannah: «Será que a política ainda tem de algum modo algum sentido». In: *A dignidade da política*. Ensaios e Conferências. RJ: Relume Dumará, 1993.
- BARAHONA DE BRITO, Alexandra; AGUILAR, Paloma y GONZALEZ, Carmen: «Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias». Madrid: Istmo, 2002.
- BASTOS, Lucía Elena y FERREIRA, Arantes: «A lei de anistia brasileira: os crimes conexos, a dupla via e tratados de direitos humanos», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 103, jan.-dez., 2008, pp. 593-628.
- FAUSTO, Boris.: *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.

- HAYNER, Priscilla: «Enfrentando crímenes pasados y la relevancia de comisiones de la verdad». In: *Ensayos sobre la justicia transicional*. Editado por el Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2003.
- POLLAK, Michael: «Memória, esquecimento e silêncio». *Estudos Históricas*, RJ, 1989.
- RODEGHERO, Carla; DIESTMAN, Gabriel & TRINDADE, Tatiana: *Anistia ampla, geral e irrestrita. História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- SANTANA, Marco Aurélio: *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. RJ: Boitempo, 2001.
- SARLO, Beatriz: *Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2007.
- VERSIANI, Maria Helena: *Correio Político: Os brasileiros escrevem a democracia*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- VIANNA, Luis Werneck: *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

ACERVOS DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE (TEMPO) DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IH/UFRJ):

Acervo «Memórias de Esquerda» (documentação impressa e depoimentos).
Acervo de História Oral: «Projeto Marcas da Memória. História oral da anistia no Brasil».